

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**MARCELO MOREIRA SANTANA**

**MUSEU HISTÓRICO JOAQUIM CAETANO DA SILVA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS**

**MACAPÁ**

**2019**

**MARCELO MOREIRA SANTANA**

**MUSEU HISTÓRICO JOAQUIM CAETANO DA SILVA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura em História, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em História.

ORIENTADOR: Prof. Esp. CARLOS ALBERTO VIANA MARQUES

MACAPÁ

2019

**MARCELO MOREIRA SANTANA**

**MUSEU HISTÓRICO JOAQUIM CAETANO DA SILVA: HISTÓRIA E MEMÓRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Licenciatura em História, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em História.

Data de Aprovação: 19/06/2019

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Esp. CARLOS ALBERTO VIANA MARQUES - UNIFAP

Prof. Dr. DORIVAL COSTA DOS SANTOS - UNIFAP

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS - UNIFAP

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os homens e mulheres de qualquer idade que não aceitam as imposições e obstáculos que os sistemas impõem à humanidade e levantam a bandeira da busca ao Conhecimento, começando por reconhecer e combater sua própria ignorância.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos Deuses e à nossa Divina Mãe pelas bênçãos e iluminação recebidas; aos Mestres da escola da Vida e a todos os professores que assistiram à Turma 2015.1 do Curso de Licenciatura em História da UNIFAP, em especial ao Professor e amigo Carlos Alberto Viana. A todos os meus colegas, companheiros desta longa jornada, em especial ao colegas e amigos Lucas e Vitória.

Agradeço, de todo o meu coração, à minha amada esposa Neli pelo incentivo, pela ajuda, orientação, paciência e dedicação. Sem ti estaria perdido...

Um agradecimento muito especial a todos os funcionários do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, por abrirem sua “casa” e seus corações para nos receber; em especial ao professor Farias, professora Ana Lúcia, Socorro Fortunato e o gerente Rogério de Oliveira. Que o Cristo lhes pague!

## RESUMO:

Este trabalho busca discutir o tema museu, tendo como objeto de pesquisa o Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva e sua relação com as memórias ligadas à História do Amapá. A partir de uma discussão teórica, se analisou conceitos sobre memória e história e, no trabalho de campo, através da observação direta do acervo e das entrevistas realizadas, se verificou as histórias que o museu apresenta. A hipótese levantada é que o MHAJCS apresenta uma história elitista, baseada nos feitos de alguns personagens transformados em heróis ou em nomes de referência política, numa clara tendência positivista.

**Palavras-chave:** Museu. História. Memórias. MHAJCS. Amapá.

## ABSTRACT:

This work aims to discuss the museum theme, having as object of research the Historical Museum of Amapá Joaquim Caetano da Silva and its relation with the memories linked to the History of Amapá. From a theoretical discussion, concepts about memory and history were analyzed and, in the field work, through the direct observation of the collection and the interviews carried out, the histories that the museum presented were verified. The hypothesis raised is that the MHAJCS presents an elitist story, based on the deeds of some characters transformed into heroes or names of political reference, in a clear positivist tendency.

**Keywords:** Museum. History. Memories. MHAJCS. Amapá.

## LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FUNDECAP – Fundação Cultural do Estado do Amapá

FMFSJM – Fundação Museu Fortaleza São José de Macapá

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – International Council of Museums

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

IMN - Inspetoria de Monumentos Nacionais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAE – Museu de Arqueologia e Etnologia

MHAJCS – Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva

MHN – Museu Histórico Nacional

MTA – Museu Territorial do Amapá

PNM – Política Nacional de Museus

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

PT – Partido dos Trabalhadores

SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Amapá

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
Capítulo I.....	11
ESTUDO SOBRE A MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA .....	11
QUADRO I – CONCEITOS SOBRE A MEMÓRIA – .....	17
1.1 - SOBRE A HISTÓRIA ORAL .....	18
CAPÍTULO II .....	21
O MUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA.....	21
2.1 - ORIGEM E HISTÓRIA DOS MUSEUS.....	21
2.2 - MUSEUS NO BRASIL .....	24
2.3 - MEDIDAS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS CULTURAIS .....	27
2.4 - TOMBAMENTO.....	31
CAPÍTULO III.....	34
HISTÓRIAS DO AMAPÁ NO MUSEU JOAQUIM CAETANO DA SILVA.....	34
3.1 – A HISTÓRIA DO MUSEU DE MACAPÁ .....	35
QUADRO II - CRONOLÓGICO DO MHAJCS – .....	44
3.2 – JOAQUIM CAETANO DA SILVA, O PATRONO.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
FONTES PRIMÁRIAS ORAIS .....	55
REFERÊNCIAS .....	56
ANEXOS .....	59

## INTRODUÇÃO

O trabalho, ora apresentado, desenvolve uma discussão acerca da importância dos museus enquanto espaços de memória e história, tendo como referência o Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva (MHAJCS). Como define Marlene Suano (1986), os museus tem sua origem na Grécia antiga, onde o *mouseion* era o Templo das musas, filhas de Mnemosine, a deusa da memória. Enfatiza a autora que era nesse lugar onde a mente repousava e o pensamento profundo, liberto dos problemas cotidianos, poderia se dedicar às artes e ciências. Assim, o museu tem grande importância como local de lazer e de apreensão do conhecimento, onde se cultuam memórias e se registra a História.

De acordo com a Conferência Geral de Museus em Portugal (IBRAM, 2015), se definiu o **museu** como “instituição permanente, ao serviço da sociedade e do seu património material e imaterial da humanidade, com fins de educação, estudo e deleite”, ressaltando-se, assim, sua importância para a sociedade.

A hipótese levantada para a construção deste trabalho invoca a ideia de que o MHAJCS, em grande parte de sua existência, apresenta uma história elitista, baseada nos grandes feitos de alguns personagens transformados em heróis ou em nomes de referência política, numa clara tendência positivista.

O objetivo geral desta monografia busca discutir como o MHAJCS apresenta a memória e a história através de seu acervo, sendo o mesmo marcado por uma valorização de determinadas personagens históricas, vergando de forma bem contundente para uma influência positivista. De forma específica objetiva-se verificar a preservação de seu acervo e de suas memórias, suas técnicas de registro e sua operacionalidade.

Utilizou-se como fontes primárias a investigação acerca do acervo existente no MHAJCS, suas origens, sua importância histórica e como se justificou sua inclusão no patrimônio da instituição. De forma subsidiária, foram realizadas entrevistas, conversas e análise de referenciais bibliográficos, relacionados ao tema.

A matriz direcionadora do trabalho tem como norte a História Cultural, uma vez que nas instituições museológicas há a preocupação em preservar parte da memória e da história de um povo e, especialmente, como certas práticas culturais vão sendo construídas e transformadas em acervo dessas instituições.

Para o desenvolvimento do trabalho foram construídos três capítulos. No primeiro capítulo intitulado *Estudo sobre a memória: a importância da memória para a preservação*

*da História* foi desenvolvida uma análise teórica sobre o que é a memória e sua ligação com a história, evidenciando-se o museu enquanto um lugar de memória. Le Goff, Nora e Pollak estão entre os autores buscados para fazer a análise.

No segundo capítulo, intitulado *o museu enquanto espaço de memória e história*, analisou-se a origem e a história do museu ao longo do tempo, analisando, também a organização e a legislação relacionadas a estas instituições.

No terceiro capítulo, intitulado *Histórias do Amapá no Museu Joaquim Caetano da Silva*, evidenciou-se o estudo sobre o acervo existente no museu, o processo de construção do mesmo e as memórias ligadas à História do Amapá que a instituição tem preservado, enquanto espaço voltado para cumprir esta função.

O estudo deste tema é relevante, não só pela importância dos museus enquanto espaços de preservação da memória e da História, mas, principalmente, por mostrar a falta de políticas voltadas para a valorização destes espaços. Vale ressaltar que nos últimos anos estas instituições tem sofrido muito com o corte de verbas, a falta de apoio e, em muitos casos, a própria sociedade agindo com indiferença diante desses problemas.

## Capítulo I

### **ESTUDO SOBRE A MEMÓRIA: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA**

No senso comum, “memória” é uma faculdade psíquica através da qual guardamos e relembremos fatos e acontecimentos passados, referindo-se também, à lembrança ou recordação. De acordo com Le Goff (1994), a memória é estudada nas áreas de biologia ou psicologia como originária ou pertencente ao indivíduo, ligada ao cérebro e à mente. Assim, memória seria a faculdade através da qual o indivíduo é capaz de preservar ideias, imagens, informações; sendo também designada como uma função que permite a conservação de experiências do passado. Também podemos asseverar que a memória é estudada no campo da pedagogia e do ensino como ferramenta indispensável ao aprendizado.

A palavra *memória* tem sua origem semântica na mitologia grega, onde *Mnemosine* é a deusa da memória. Assim, podemos asseverar que o ato de memorar, usar ou buscar na memória, tem como sinônimo: atividade mnêmica, ou mnemônica (relativo à memória).

De acordo com Kury (1990), *na mitologia, Mnemosine teve nove filhas com Zeus, o senhor do Olimpo, chamadas de Musas*, dentre as quais está Clio, a História. Portanto, ve-se aí, a primeira relação entre memória e história: mitologicamente, a História é filha da memória. Também, a palavra museu (*moseion*), tema deste trabalho, se relaciona com a mitologia, era o templo das Musas.

Marilena Chaui (2000) conta que a Deusa da Memória tinha “o poder de conferir a imortalidade aos homens”. Segundo ela, quando o artista ou o historiador, inspirado pela deusa, registrava em suas obras a fisionomia, os atos, os feitos e as palavras de alguém, este nunca seria esquecido. A imortalidade é um dom dos deuses, porém, dentro da mitologia, os homens, simples mortais, podiam de alguma forma conquistar ou receber dons divinos.

Para os helenos (como os gregos antigos eram conhecidos), as Musas eram as divindades protetoras das artes, das ciências e das letras, que ajudavam e inspiravam poetas, profetas, médicos e os historiadores da época. Assim sendo, podemos asseverar que a memória era um dom concedido pela divindade dentro de uma aura mística, para que todas as ciências e artes continuassem existindo no conjunto do conhecimento humano, através das gerações.

Historiadores consagrados, principalmente após o movimento dos *Annales* (a revolução francesa da escrita da História), escreveram exaustivamente sobre o tema

“memória”, como por exemplo, Marc Bloch, Pierre Nora, Jacques Le Goff, Michael Pollak. Além deles, autores de outras áreas como antropólogos, sociólogos e filósofos, por exemplo, o sociólogo Maurice Halbwachs. Sem a presunção de esgotar o entendimento e a compreensão profunda e definitiva sobre o que é memória e sua relação com a História, fez-se um estudo de algumas obras dos autores acima citados, dentre outros.

A multidisciplinaridade foi um dos principais aspectos levantados pelos historiadores dos *Annales*, segundo os quais, a História deveria mesclar-se, entranhar e até aproveitar-se de conceitos e ideias de outras ciências, enriquecendo, assim um horizonte vasto de temas a serem explorados pelos estudiosos da Nova História. Um dos historiadores desse movimento revolucionário foi o francês Jacques Le Goff, que em sua obra *História e memória*, fez um estudo profundo desses dois aspectos que conformam o título de sua obra. Le Goff faz uma relação da atividade mnemônica com a estrutura biológica e psicológica do homem, como segue:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. Deste ponto de vista, o estudo da memória abarca a psicologia, a psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e, quanto às perturbações da memória, das quais a amnésia é a principal, a psiquiatria [cf. Meudlers, Brion e Ueury, 1971; Florès, 1972]. (LE GOFF, 1994).

Neste sentido, o historiador francês descreve a memória como depósito ou lugar onde se guarda “certas informações”, as quais podem ser atualizadas, ou seja, trazidas ao momento presente, atual. Ainda no trecho acima, ele cita a amnésia, perturbação da memória estudada pela psiquiatria, que remete ao esquecimento, ponto este também trabalhado no contexto da memória coletiva.

Le Goff (1994) enfatiza, ainda, que todas as ciências que estudam a memória, de certa forma, se remetem à memória histórica e à memória social, denotando, assim, uma interdisciplinaridade quase natural entre essas ciências e a História. Segundo ele, “alguns cientistas foram levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais.”

Corroborado por cientistas das diversas áreas biológicas e psicológicas, Le Goff vai tecendo um estudo pormenorizado da relação da memória histórica e social com o desenvolvimento da memória individual e coletiva, enfatizando a grande problemática do domínio do homem pelo homem. Segundo ele, “tornarem-se senhores da memória e do

esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”. (LE GOFF, 1994).

Percebe-se que, fora os estudiosos de ciências sociais e de história, a grande massa humana, parece mergulhada na ignorância dos fatos políticos que permeiam nossos destinos como humanidade. As pessoas ignoram que as mazelas sofridas no cotidiano poderiam ser amenizadas se as elites que detêm o poder não governassem somente em benefício próprio.

Muito utilizados na História Tradicional e pelos governos e classes dominantes, “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva”, não se tratando aqui de enfermidade psiquiátrica. (ibdem).

Como mecanismo de apropriação e manipulação da memória coletiva, Le Goff destaca o surgimento da escrita, onde aparecem as diferenças entre sociedades de memória essencialmente oral e das sociedades com escrita. O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. A escrita permite à memória coletiva um duplo progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A outra forma de memória ligada à escrita é o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita. ( ibdem ).

Le Goff finaliza seu capítulo dedicado à memória reafirmando sua preocupação, como historiador, de alertar as sociedades em geral sobre a grande ferramenta que é o conhecimento histórico, que pode ser usado para libertar ou para escravizar. De acordo com ele deve haver um vínculo entre a história e a memória:

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 1994, pág.477).

A memória é um elemento essencial de formação da identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades no afã de se reconhecerem como donos de si e sujeitos da própria história, ou seja, sem memória não há história.

Outro historiador que escreve sobre o tema “memória” é Pierre Nora. Diferentemente de Le Goff, Nora inicia sua discussão expondo que a memória é antagônica à História; em seu artigo *Entre Memória e História, a problemática dos lugares*, afirma que:

Memória, história: antes de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma a outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos

vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento... A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (NORA, 1993).

Suas reflexões profundas e pertinentes levam o leitor a pensar na seriedade da compreensão do tema para entrar num campo tão vasto como é o da História. Sem o significado profundo do que é a memória não avançamos em entender o grande dimensionamento a que chegou a História. O texto acima é introdutório do aspecto que o autor chama de *lugares de memória*.

Assevera Pierre Nora (1993) que, se a memória estivesse em permanente processo de rememoração, não haveria necessidade de lugares. É a história que sente a necessidade de criá-los, justamente porque ela corre o risco de se extinguir. A história seria assim, ela própria, um gigantesco lugar de memória, onde as lembranças deixam o “espaço da memória coletiva, para entrar na memória histórica e na memória pedagógica”. Desta forma, necessita-se habitar a memória para que não seja necessário lhe consagrar lugares. Afirma Nora que, se o que defendem como memória verdadeira não estivesse ameaçado, se estivessem realmente na lembrança viva, os lugares históricos seriam inúteis.

Há um sentir entre as pessoas de que se não houvesse datas comemorativas, documentos, praças, edifícios, museus e outros lugares preservados, tudo se perderia no esquecimento. Especificamente os museus são esses lugares projetados para a memória ou para a preservação da memória. No caso dos museus históricos, as memórias apresentadas em seus acervos contam histórias de um lugar, uma cidade, um país. Essas histórias vão passando de geração em geração, conservadas como memórias coletivas.

O Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva conta em seu acervo com objetos e documentos que remontam ao período pré-colonial, com peças cerâmicas e urnas funerárias de povos indígenas que habitaram esta região antes da chegada dos europeus. Já do século XIX, ressalta a história de Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, como personagem importante para a defesa e demarcação das fronteiras brasileiras que hoje conformam as terras amapaenses. O fundador do Museu, Janary Nunes, tem também ali, sua história representada. Sem a preservação essas memórias se perderiam ao longo do tempo.

Nora (1993) afirma também, que “o dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo”. São as memórias singulares, que com o fim da memória-história, inventada pelas classes dominantes, reclamam sua própria história. É preciso lembrar, mas cabe ao sujeito lembrar. É ele, em sua individualidade, que lembra, que guarda em sua memória seu passado para contá-lo e evidenciá-lo no presente.

Os dois autores acima citados, Le Goff e Nora, confirmam que sim, a memória tem grande importância para a preservação da história e que uma não existe sem a outra, devido a que a memória individual é formada e permeada pelos aspectos sociais e matérias (e históricos) da sociedade ou do grupo social em que o indivíduo está inserido, o que remete ao estudo da memória coletiva.

O sociólogo Maurice Halbwachs (1887-1945), quase sempre referenciado por historiadores do grande tema “memória”, foi o precursor do termo *memória coletiva* e já havia sublinhado que a memória deve ser entendida, acima de tudo, como um fenômeno *coletivo e social*. Ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a transformações e mudanças constantes em relação ao ambiente social e à coletividade. (HALBWACHS, 2006).

Em sua obra *A Memória Coletiva*, traduzida e editada no Brasil somente em 1990, Halbwachs discorda da ideia, a mais aceita até o início do século XX, de que uma faculdade como a memória só poderia “existir e permanecer na medida em que estivesse ligada a um corpo ou a um cérebro individual”. Sua ideia era a de que as lembranças poderiam ser organizadas de duas maneiras: agrupadas em torno do ponto de vista de uma só pessoa, ou se distribuindo no interior de uma determinada sociedade. Os indivíduos, desse modo, poderiam participar destes dois tipos de memória, e no caso da memória coletiva seriam capazes de se comportar como membros de um grupo de modo a evocar lembranças interpessoais, que não só as próprias. (HALBWACHS, 2006).

Halbwachs e Pierre Nora são revistos por Michael Pollak que retoma a discussão sobre a memória coletiva em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio*. Pollak esteve no Brasil em 1987 como professor visitante do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) do Museu Nacional e do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas, onde proferiu uma conferência sobre o tema *memória e identidade social*, posteriormente transformada em artigo.

De acordo com Pollak (1992), a memória, “a priori, parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, mas a inserção do indivíduo em grupos sociais registra a grande influência que o mesmo recebe”. Esse autor assevera que a memória, seja individual ou coletiva, tem como elementos constitutivos os acontecimentos, as pessoas e os lugares (ele faz aqui um estudo sobre o conceito de *lugares de memória*). As experiências são as vividas pessoalmente ou ainda, aquelas que foram vivenciadas pelo grupo a que o indivíduo pertence: assim, “foram vividos por tabela”, resultando numa *memória herdada*.

Pollak ressalta que a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas é também uma construção coletiva, um fenômeno construído; organizada a partir do presente, e em parte herdada. Neste aspecto, observa que quando se trata da memória herdada, podemos dizer “que há uma relação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de *identidade*, entendida aqui como a imagem que se constrói de si próprio, a maneira como se quer ser percebido” (POLLAK, 1992, p. 200-212).

Pode-se dizer que a memória é a base da construção do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Ora, se é um fenômeno construído individual e socialmente, e o outro faz parte desta construção, é natural o conflito entre a memória individual e a memória alheia; assim, “a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos” (ibdem).

A respeito da memória de grupos, Pollak propõe a introdução do conceito de “trabalho de enquadramento de memória”, no qual historiadores de um grupo trabalham para formar uma memória coletiva específica, intencional, em prol do grupo que representam. Normalmente se encontram na chamada História Política, e esses historiadores trabalham para grupos políticos específicos (historiadores orgânicos do Partido Comunista, sindicalistas, socialistas, etc.) (Ibdem).

A cientista de comunicação Eliza Casadei (2010) publicou interessante artigo sobre embate literário: *Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva*, que traz novamente à tona a discussão entre estes dois investigadores do tema Memória. A autora registra que Halbwachs e Bloch, sendo contemporâneos, iniciaram essa discussão que não foi adiante em função da morte prematura dos dois. O texto “Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente” de Bloch, é a crítica ao livro *A Memória coletiva* de Halbwachs.

Segundo Casadei (2010), Marc Bloch revisa o conceito de memória coletiva de Halbwachs, acrescentando que existe o que ele chama de “fatos da comunicação entre indivíduos” que é quando os membros mais velhos de um grupo cuidam de transmitir as representações aos mais jovens” (BLOCH, 1998: 229). Ao tratar a questão da memória coletiva como um dado comunicacional, esta também estará sujeita aos mesmos problemas que afligem a comunicação, como: erros de transmissão, mal entendidos e até mesmo, distorções conscientes em torno do passado, etc.

Revisado por Sonia Wanderley (2009), Pierre Nora afirma que “tudo que hoje se denomina memória, não é outra coisa senão história: a memória transmutada em "operação intelectual e laicizante" (NORA, 1993), pois que a memória como recordação e atualização do que já passou está condenada ao esquecimento. Ela diz que as recordações, enquanto história, pertenceriam a todos e a ninguém.

Contrapondo-se ao acima enunciado e corroborando a Le Goff (1996), Wanderley restaura a importância da história e como ela é iminentemente política, como segue:

A história seria, portanto, uma apropriação seletiva de lembranças/vestígios com o intuito de bloquear o esquecimento e, ao mesmo tempo, moldar uma identidade. É dentro desta perspectiva, nada natural, totalmente política, que se deve compreender e balizar a análise dos movimentos de recuperação e preservação de documentos/monumentos que caracterizam o fazer histórico. (WANDERLEY, 2009).

Percebe-se que, para essa historiadora, o labor do historiador está pautado na seleção das memórias e vestígios com a intenção de mantê-los vivos, criando, assim, as identidades, o que seria uma ação política.

Ratificado por José D’Assunção Barros, Maurice Halbwachs é referência indispensável na compreensão da memória coletiva e social. Como afirma Barros (2011) o conceito de memória, como o “depósito de dados ou a atualização dos vestígios, por vezes imprecisos, já não mais resiste nos dias de hoje à operacionalização no seio das ciências humanas”. Barros assevera ainda, que a memória coletiva em algum momento foi contaminada por certos modos de formação da memória do indivíduo e ele desenvolve suas reflexões baseado em reflexões pioneiras como as de Maurice Halbwachs.

Percebe-se que são vários os conceitos ligados à memória, os quais foram se estruturando ao longo de pesquisas e se complementando através de aportes teóricos originados por representantes de diversas ciências, destacando-se aqui neste trabalho, as ciências sociais e a História. Alguns desses conceitos são:

#### QUADRO I – CONCEITOS SOBRE A MEMÓRIA –

<b>Conceitos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Principais Autores</b>
<i>Memória individual</i>	que se origina ou pertence ao indivíduo; às vezes confundida com o conceito de “memória” no senso comum, que seria a memória ligada a um corpo, a um cérebro.	Le Goff, Pollak
<i>Memória coletiva ou</i>	formada nas relações interpessoais, ou seja,	Halbwachs, Bloch

<i>social</i>	no âmbito social, é também, formadora da identidade, influenciando grandemente na memória individual.	e Pollak.
<i>Memória histórica</i>	é aquela que é registrada, documentada, preferivelmente por profissionais da História, com metodologia e fontes.	Le Goff, Bloch e Nora.
<i>Lugares de memória</i>	criados com a preocupação em perpetuar uma memória que é viva, mas crê-se no seu desaparecimento, daí a necessidade de um espaço que reviva essa memória. Centros históricos, praças, prédios, museus, etc.	Nora e Pollak.
<i>A comemoração</i>	celebração através de um monumento comemorativo, de um acontecimento memorável.	Le Goff
<i>Memória herdada</i>	que foi vivenciada pelo grupo a que o indivíduo pertence: assim, “foram vividas por tabela”. Ainda que o indivíduo não tenha participado ou presenciado determinados fatos e acontecimentos, ele herda essas memórias que são do grupo social a que pertence.	Pollak
<i>Enquadramento de memória</i>	Trabalho realizado por historiadores e outros profissionais ou instituições (normalmente políticas) que direta ou indiretamente constroem ou veiculam imagens de um passado comum forjado para manter ou justificar uma determinada ordem.	Pollak

Tabela desenvolvida por: Marcelo Santana

Ainda pode se acrescentar ao quadro, os termos *esquecimento e silêncio da história* e a manipulação da memória coletiva, preocupação de Le Goff (1994) em relação ao uso da história para a dominação das massas. Estudo desenvolvido também por Pollak.

Ressalta-se a importância da memória histórica, como afirma Barros (2011), que a memória e a história se entrelaçam nas memórias históricas, para quando começarem a desaparecer, com a condição natural das gerações, continuam existindo, devido ao papel importante do registro de tais memórias.

## 1.1 - SOBRE A HISTÓRIA ORAL

Outra especificação dentro da Nova História em relação às fontes é a questão da História Oral, cuja base fundamental é o estudo da memória e recordações relatadas por pessoas ou grupos sociais. A polêmica principal em relação à História como ciência era se a

história oral poderia ser utilizada como fonte segura nos contextos históricos. Analisando essa questão, Pollak enfatiza que:

... no caso das diversas pesquisas de história oral, que utilizam entrevistas, sobretudo entrevistas de história de vida, é óbvio que o que se recolhe são memórias individuais, ou, se for o caso de entrevistas de grupo, memórias mais coletivas, e o problema aí é saber como interpretar esse material.” “...não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral, a crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta. (POLLAK, 1992).

José D’Assunção Barros analisa como fundamental a discussão em torno da História Oral, que, segundo ele, foi enfatizada em fins do século XX pelos seguidores dos Annales e por novos marxistas:

Com relação ao aspecto da utilização da Memória como fonte histórica, persiste ainda nos dias de hoje uma série de polêmicas com relação a como tratar a Memória como fornecedora de materiais para a História, esta vista como ciência ou campo de saber que organiza o conhecimento sobre o passado ou sobre o homem no tempo. Como considerar a memória para a construção de uma interpretação histórica? Como utilizar fontes tidas como registros memorialistas, como as fontes orais, pelos Historiadores. (BARROS, 2011).

Atualmente essas polêmicas estão superadas em função do reconhecimento da história oral através dos métodos utilizados pelos historiadores, no sentido de dar autenticidade aos relatos obtidos através das entrevistas realizadas. A História Oral hoje é largamente utilizada nos meios acadêmicos e na estruturação de artigos e livros. Nesta monografia utilizou-se de entrevistas para realçar as pesquisas bibliográficas.

Finalizando este capítulo sobre memória e história, transcrevemos uma lenda narrada por Marilena Chaui que ilustra a importância da memória no conjunto do conhecimento humano:

Assim, a memória era considerada essencial para o aprendizado e os mestres de retórica criaram métodos de memorização ou "memória artificial", que constituíam a "Arte da Memória". Esta era parte central do ensino e do aprendizado de oratória, tornando-se, depois, uma arte usada por outras disciplinas de ensino e aprendizagem. Os romanos julgavam, portanto, que além da memória natural, os seres humanos são capazes de desenvolver uma outra memória - que amplia e auxilia a memória espontânea - e justificavam a "Arte da Memória" narrando uma lenda sobre o criador da retórica, o poeta grego Simônides de Céos.

Conta a lenda que Simônides foi convidado pelo rei de Céos a fazer um poema em sua homenagem. O poeta dividiu o poema em duas partes: na primeira, louvava o rei e, na segunda, os deuses Castor e Polux. O rei ofereceu um banquete no qual Simônides leu o poema e pediu o pagamento. Como resposta, o rei lhe disse que, como o poema também estava dedicado aos deuses, ele pagaria metade e que Simônides fosse pedir a outra metade a Castor e Polux.

Pouco depois, um mensageiro aproximou-se de Simônides dizendo-lhe que dois jovens o procuravam do lado de fora do palácio. Simônides saiu para encontra-los, mas não encontrou ninguém. Enquanto estava no jardim, o palácio desabou e todos morreram. Castor e Polux, os dois jovens que fizeram Simônides sair do palácio, salvando o poeta, pagaram o poema. As famílias dos demais convidados desesperaram-se porque não conseguiam reconhecer seus mortos. Simônides, porém, lembrava dos lugares e das roupas de cada um e pôde ajudar na identificação dos mortos. (CHAUI, 2000).

Destaca-se aqui a criação da retórica e como os romanos desenvolveram esta arte da memorização, que mais tarde foi utilizada em outras disciplinas de ensino e aprendizagem. Era comum também, durante o desenvolvimento do Império Romano, a formação de coleções particulares, muitas surgidas dos despojos de guerra, as quais eram exibidas como demonstração de poder, riqueza e culto à sabedoria. Às vezes essas coleções eram abertas ao público, fazendo também parte das lições do ensino romano.

Muitas das coleções romanas enfatizavam a necessidade de preservação de uma memória para as gerações futuras, funcionando como lugares de memória, nos moldes dos museus históricos atuais. Enfatiza-se a necessidade de criação e manutenção de lugares específicos para preservação, pesquisa e contemplação, de todo material de valor histórico, científico e cultural, ou seja, os museus.

## CAPÍTULO II

### O MUSEU ENQUANTO ESPAÇO DE MEMÓRIA E HISTÓRIA

#### 2.1 - ORIGEM E HISTÓRIA DOS MUSEUS

Museu é um lugar de memória e preservação, ou ainda, preservação da memória. Ao longo da história, o conceito de museu e suas atribuições aumentaram consideravelmente, passando de pequenos acervos particulares a instituições organizadas; sendo transformado de local de deleite e apreciação de público elitizado e restrito a local organizado para preservar, estudar e transmitir conhecimento, com exposições abertas ao público.

A palavra “museu” nos recorda um lugar onde se preservam objetos do passado, relíquias, patrimônio, história, memória, cultura: um Templo de sabedoria. Conforme o Instituto Brasileiro de Museus, a definição que consta no Estatuto dos Museus é:

Museus são: “Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valores históricos, artísticos, científicos, técnicos, ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”. (IBRAM, 2009).

O conceito acima não é fechado e definitivo, pois como dito anteriormente, tanto o conceito como as atribuições e finalidades dos museus foram se ampliando ao longo do tempo. Também, essas instituições vão se transformando e se adaptando a novas propostas, principalmente em relação à dinâmica tecnológica da atualidade.

Segundo alguns estudiosos do tema, como por exemplo, Marlene Suano (1986), o museu tem sua origem na Grécia antiga, onde o *mouseion* era o Templo das musas, filhas de Zeus (o Senhor do Olimpo) com Mnemosine, a divindade da memória. Ela o define como um misto de templo e local de pesquisa; assim:

O *mouseion* era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e ciências. (SUANO, 1986, p.10)

Ainda de acordo com Suano (1986, p.11), a famosa Biblioteca de Alexandria era parte do *Mouseion*, local destinado ao saber enciclopédico, reunindo nessa Academia (Universidade) conhecimentos da mística, astronomia, filosofia, medicina, geografia, etc. Diz-se que Alexandre, o Grande enviava relíquias, objetos exóticos, aparelhos científicos e outros

produtos do conhecimento dos povos que conquistava a esse verdadeiro complexo de sabedoria. Diante disso, percebe-se que, já no século II a.C, o *mouseion* de Alexandria se assemelhava às mais recentes concepções do museu atual.

Seguindo-se ao apogeu da cultura grega, os romanos, ao longo do desenvolvimento de seu Império, também trataram de formar coleções como demonstração de poderio, riqueza e culto à sabedoria. Destacam-se as coleções do imperador Agripa (séc. II a.C) e do imperador Constantino VII (905 – 959) que eram abertas ao público.

Nessa visão histórica observa-se que o museu tem sua origem na Idade Antiga e segue sua trajetória no tempo, transformando-se em cada cultura e em cada época, em local de referência para as gerações futuras, em sua função de construção e preservação da memória.

Segundo Leticia Julião (2006), a palavra museu foi pouco usada na Idade Média, época em que o conhecimento e sua transmissão foram monopolizados pela Igreja Católica e não se ensinava nada sobre musas e mitologia clássica. Ressurge, então, no século XV, quando o colecionismo tornou-se moda na Europa. A museóloga afirma que neste período aconteciam grandes transformações, uma verdadeira revolução, como segue:

Nesse período, o homem vivia uma verdadeira revolução no olhar, resultado do espírito científico e humanista do renascimento e da expansão marítima que revelou à Europa um novo mundo. As coleções principescas, surgidas a partir do século XIV, passaram a ser enriquecidas, ao longo dos séculos XV e XVI, de objetos e obras de arte da antiguidade, de tesouros e curiosidades provenientes da América e da Ásia... (JULIÃO, 2006).

O gosto pelas coleções nas cortes europeias por parte de príncipes, nobres e burgueses fez com que se multiplicassem os Gabinetes de Curiosidades e as coleções científicas, muitas chamadas de museus. (JULIÃO, 2006).

Verifica-se que, como característica desta época, essas coleções particulares eram apreciadas por público elitizado e restrito, comumente para demonstrar nobreza e poderes político e econômico.

Assim, com a intenção de reunir relíquias e objetos exóticos, não havia uma preocupação na organização sistemática desses acervos. Esse aspecto de informalidade em relação à organização perdurou até fins do século XVII e início do XVIII, quando começam a surgir os museus abertos ao público, como instituições organizadas, normalmente mantidas pelos Estados Nacionais. (SANTOS, 1979, p.83).



Dell'Historia Naturale, de Ferrante Imperato (Nápoles 1599)

Ilustração antiga representando um Gabinete de curiosidades naturais;

disponível em: <http://gabineteinsolito.blogspot.com/2018/05>

Como afirma Françoise Choay (2001, p.100-101) a oficialização do museu como local para preservar o antigo, se deu na França, após a Revolução Francesa, quando foram criados depósitos abertos ao público para acomodarem os bens móveis “recuperados pela Nação”, que receberam o nome de *museum*. Na visão da autora é nesse contexto do final do século XVIII, que o museu surge como instituição oficial para abrigar e conservar monumentos e objetos antigos.

Como exposto anteriormente, diante da grande multiplicidade de estruturas, origens, funções e objetivos, entre coleções históricas, relíquias, objetos exóticos ou científicos, peças arqueológicas, obras de arte antigas ou modernas, etc. não há como unificar ou padronizar os museus nem a sua origem.

Nesta breve análise sobre a trajetória histórica dos museus, chegando ao século XIX, vão surgir os Museus Nacionais, principalmente na Europa. O objetivo principal desses

museus era valorizar a nação, através da recuperação da memória nacional, para fortalecer sua unificação.

Segundo Letícia Julião (2006), logo após a Revolução, a França organiza os museus, com a intenção de instruir a nação, difundir o civismo e a história. Assim, é que em 1793 é aberto o Museu do Louvre, em Paris, surgindo outros por toda a Europa, como segue:

Se a conjuntura da Revolução Francesa, em fins do século XVIII, traçou os contornos da acepção moderna de museu, esta se consolidaria no século XIX com a criação de importantes instituições museológicas na Europa. Em 1808, surgia o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim, e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petersburgo, antecédidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em Viena. Concebidos dentro do ‘espírito nacional’... Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados nacionais emergentes. (JULIÃO, 2006).

Os museus nacionais europeus vão servir de modelo a outros países, se espalhando por outros continentes ao longo do século XIX. Esses museus estabeleceram uma cronologia histórica linear e evolutiva, onde as diversas coleções foram ordenadas desde um passado mítico de caráter antropológico, até o tempo presente de cada país, levando, assim, à formação do censo de nacionalidade e pertencimento do povo.

Sepúlveda Santos (2004) assevera ainda, que o espírito nacional era inflado, tanto a governantes como a governados, que:

... visualizavam-se nas vitrines montadas por cada nação... É importante observar, portanto, que os grandes museus europeus não se contentaram em constituir coleções com base apenas nas suas riquezas nacionais. Nos novos templos nacionais procurava-se mostrar não apenas a riqueza de cada nação, mas o poder de cada nação em mostrar as riquezas trazidas de outras civilizações como parte de sua história. (SANTOS, 2004).

No Brasil, com a chegada da família Real Portuguesa, trazendo ares europeus, também vão ser criados os primeiros museus, ainda que esses museus não eram direcionados ao grande público.

## 2.2 - MUSEUS NO BRASIL

No Brasil, foram criados por D. João VI o museu da Escola Nacional de Belas Artes (1815) e o Museu Real (1818, hoje Museu Nacional), ambos no Rio de Janeiro. O próprio

monarca doou quadros que trouxera de Portugal e a primeira coleção de História Natural. (SUANO, 1986, p. 33).

O exposto acima é corroborado por Maria Célia Santos que assevera:

O Museu Nacional hoje denominado Museu Histórico Nacional, foi instalado no prédio atualmente ocupado pelo Arquivo Nacional. Contava com uma pequena coleção doada por D. João VI que se compunha de peças de arte, gravura, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais. (SANTOS, 1996, p. 56).

Durante o século XIX, as grandes nações europeias dedicaram-se a trazer para seus museus objetos da antiguidade clássica. Foram formadas expedições arqueológicas francesas, inglesas, holandesas e alemãs em busca de relíquias e antiguidades clássicas na Grécia, Itália, Ásia Menor, Norte da África e regiões mesopotâmicas. “O Brasil do século XIX era regido por uma monarquia europeia e participou desta corrida”. (SANTOS, 2004).

Myrian Sepúlveda dos Santos acrescenta que com as viagens da família real, se formou, através de presentes e aquisições, parte do acervo do Museu Nacional, como a maior coleção egípcia das Américas, adquiridas por D. Pedro I e D. Pedro II. Havia também, a coleção de arqueologia clássica trazida pela Imperatriz Teresa Cristina, quando do casamento com D. Pedro II, que incluía mais de 700 peças arqueológicas escavadas das ruínas de Pompéia e Herculano, na Itália. “O Museu Nacional reproduzia o discurso dos grandes museus europeus, ainda que em menores proporções”. (SANTOS, 2004).

Afirma Carlan (2008) que com o advento da República, “o Brasil necessitava de um museu que indicasse a trajetória da nação, no tempo, destacando os traços da História Nacional, aliada à defesa de seu Patrimônio”. Durante as comemorações do centenário da Independência, em 1922, o Museu Nacional do Rio de Janeiro é transformado em Museu Histórico Nacional (MHN). Essa instituição rompe com a visão iluminista de museu enciclopédia, na qual se enquadrava anteriormente e passa a evidenciar o aspecto histórico da nação, servindo de modelo para outros museus brasileiros do século XX.

Passando por várias transformações ao longo da República, o Museu Nacional do Rio de Janeiro chega a nossos dias como o maior museu do país, chegando a salvar mais de 20 milhões de itens. Sediou o primeiro curso de museologia do país e em suas dependências funcionou, a partir de 1933, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), primeiro órgão de proteção do patrimônio histórico brasileiro, o qual foi transformado em 1937 no SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). (CARLAN, 2008).

Infelizmente, vimos, como numa tragédia anunciada, em função do descaso das autoridades responsáveis pela manutenção do MHN, o incêndio do dia 02 de setembro de 2018, que destruiu mais de 90% daquele precioso acervo. Em poucas horas o fogo acabou com milhões de peças salvaguardadas ao longo de dois séculos.

Além do Museu Real (posteriormente Museu Histórico Nacional), ainda no século XIX, foram criados diversos outros museus pelo país, como descreve Marlene Suano:

Outros museus surgiram no Brasil em fins do século XIX: como o Museu do Exército (1864); o Museu da Marinha (1868); o Museu Paraense Emílio Goeldi, criado como Sociedade Filomática (1866), passado ao estado em 1871 e transformado por Emílio Goeldi (1894) em instituição de pesquisa; o Museu Paranaense, criado como instituição privada, em 1876 e oficializado em 1883; o Museu Paulista (também conhecido como Museu do Ipiranga), criado em 1892 e ligado à Universidade de São Paulo desde 1969; e o Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, criado em 1894... (SUANO, 1986, p.33-34).

Destaca-se aqui a presença do Museu Paraense, no Norte do país, como referência de museu etnográfico e de uma antropologia que começava a germinar. Recordemos que as terras amapaenses pertenciam ao Estado do Pará e neste museu está salvaguardado um grande acervo proveniente desta região do Amapá.



Urna funerária antropomorfa –  
Fase Maracá: séc. XIII A XVI.  
Acervo do MHAJCS  
FOTO: Marcelo Santana

O arqueólogo Lúcio Menezes Ferreira ratifica a importância desta instituição e referencia seu patrono:

Entre os vários cientistas que contribuíram para a arqueologia amazônica, encontra-se Emílio Augusto Goeldi (1859- 1917) . Como diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, em Belém (PA), seus passos no terreno arqueológico amazônico calçaram-se num plano sistemático de escavações e na organização de coleções arqueológicas e etnográficas. (FERREIRA, 2009).

Assim como o Museu Histórico Nacional é referência nacional entre as instituições museológicas do país, o Museu Paraense Emilio Goeldi é referência na Amazônia. O Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva recebeu, através de convênio, orientações e contribuições da instituição museológica paraense e mantém um considerável acervo arqueológico, com algumas peças cerâmicas resgatadas pela equipe de Emilio Goeldi em 1895.

### 2.3 - MEDIDAS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS CULTURAIS

O Museu Histórico Nacional (MHN) foi criado pelo Decreto Presidencial nº 15.596 de 02/08/1922, ano de comemoração do Centenário da Independência, com o próprio presidente Epitácio Pessoa presidindo a solenidade das comemorações no Rio de Janeiro. Nota-se o interesse do Governo em promover a formação da identidade nacional. De acordo com Regina Abreu (1996) com a criação do MHN, “inaugura-se um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade”.

O MHN foi dirigido de 1922 a 1959 por Gustavo Barroso (1888-1959), que foi o grande idealizador da visão museológica brasileira, que serviria de base para os demais museus do país. Com uma mentalidade preservacionista e um discurso nacionalista conservador, organizou o MHN como uma instituição que tinha o objetivo de “educar o povo”, apresentando fatos e personagens do passado, promovendo o culto à tradição e formação cívica. Barroso também organizou o primeiro curso de museologia do país, que funcionou no MHN de 1932 até 1979. Assim, pode-se dizer que Gustavo Barroso formulou as linhas mestras e conceituais da museologia brasileira.



[www.viajaredemais.com.br/por-tema/cultura/museu-historico-nacional-](http://www.viajaredemais.com.br/por-tema/cultura/museu-historico-nacional-)

Letícia Julião (2006) enfatiza a existência de uma política de preservação com a criação da Inspetoria dos Monumentos (1923) e do Serviço de Proteção aos Monumentos Históricos e Obras de Arte em 1934. Este órgão também foi dirigido por Gustavo Barroso com a mesma visão voltada para o “conhecimento e culto da tradição, privilegiando aspectos morais e patrióticos”.

Em 1937 é criado o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), reunindo intelectuais modernistas que, apesar de nacionalistas, entendiam que o “processo de construção nacional não havia ainda sido concluído”. Tendo a frente Rodrigo Melo Franco de Andrade, esses intelectuais buscavam fazer uma releitura do passado, associando a preservação do patrimônio com a construção da nacionalidade. (JULIÃO, 2006).

Com o objetivo de definir as linhas mestras sobre as práticas desenvolvidas por instituições e profissionais de museus em âmbito mundial, em 1946 foi criado o Conselho Internacional de Museus, ICOM (International Council of Museums), reunindo representantes de 147 países, dentre os quais o Brasil. Esta organização não governamental mantém relações formais com a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), viabilizando a construção de definições e metas específicas a serem alcançadas no meio museológico. (SANTOS, 2004).

Lara Filho resume os principais conceitos definidos nos encontros do ICOM:

Em 1946 o ICOM define o museu como um local de coleções abertas ao público. Dez anos depois, em 1956, à definição inicial são acrescentadas outras características, funções e propósitos: o museu deve ser uma instituição permanente, voltada ao interesse geral e como propósito de definição de museu, aparentemente para abarcar as diversas instituições então surgidas, incluindo os monumentos e reservas naturais. (LARA FILHO, 2006).

Lara Filho destaca ainda dois encontros importantes do ICOM: a 9ª Conferência Geral ocorrida em 1971, em Grenoble na França e a de 1972, em Santiago do Chile, onde, segundo o autor, houve uma grande mudança nas definições de museus, seguindo tendências mais democráticas.

O último conceito estabelecido pelo ICOM é o da Conferência Geral de Portugal de 2015, que define:

O **museu** é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (IBRAM, 2015).

As conferências gerais do ICOM acontecem a cada três anos. Em 2013 a Conferência Geral do ICOM ocorreu no Rio de Janeiro, com representantes do mundo inteiro. Em 2016 foi a vez de Milão na Itália e em 2019 será na cidade japonesa de Kioto.

Durante o governo democrático instalado a partir de 2002 no país pelo Partido dos Trabalhadores (PT), houve uma preocupação, como compromisso de campanha eleitoral, em promover incentivos à cultura. O então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva convidou o cantor e compositor baiano, Gilberto Gil para assumir o Ministério da Cultura. Em relação aos museus brasileiros, durante a gestão do ministro Gilberto Gil, como resposta a uma demanda antiga, foi publicada as bases para uma Política Nacional de Museus (PNM) em 2003, que tinha como objetivo atender as demandas do setor museológico em relação à organização e estruturação.

De acordo com Vial (2017), a PNM, foi atualizada em 2007 e contemplou aspectos importantes na formação e organização dos museus do país, como sintetiza ele:

Essa política está estruturada em sete eixos programáticos – gestão e configuração do campo museal; democratização do acesso aos bens culturais; financiamento e fomento para museus; formação e capacitação de recursos humanos; informatização de museus; aquisição e gerenciamento de acervos; modernização de infraestruturas museológicas – que delimitam o direcionamento do Ministério da Cultura (MinC) para o setor de museus no momento de sua publicação e, que foram responsáveis pelo salto qualitativo que alguns museus conseguiram efetivamente dar. (VIAL, 2017).

Observa-se que a Política Nacional de Museus transformou o cenário museológico do país, possibilitando que as instituições se modernizassem para oferecer uma visão diferenciada ao público, beneficiando diversas instituições que há muito se encontravam em situações bem complicadas, principalmente em relação às reformas estruturais e à informatização.



Detalhe do salão principal do MHAJCS  
Fonte: [www.selesnafes.com/museu](http://www.selesnafes.com/museu)

No Amapá, essa política possibilitou que o principal museu do Estado, o Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, recebesse verbas especificamente direcionadas para a restauração de sua sede e modernização dos aspectos de conservação e segurança de seu acervo. Isso deu condições a que o MHAJCS fosse reinaugurado em 02 de março de 2009 e aberto à sociedade amapaense.

## 2.4 - TOMBAMENTO

O poder de atuação do SPHAN foi outorgado pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo os bens que o constituem, dentre eles, os arqueológicos”. O instrumento mais utilizado para a proteção do patrimônio cultural é o tombamento, que pode ser feito pela administração federal, estadual ou municipal. (IPHAN, 2018).

Segundo Meirelles (1991), “as expressões ‘Livros de tombo’ e ‘Tombamento’ provêm do Direito Português, onde a palavra *tombar* significa *inventariar*, *arrolar* ou inscrever nos arquivos do Reino, guardados na ‘Torre do Tombo’”.

Esta definição é corroborada pelo IPHAN:

A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. (IPHAN, 2018)

O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras, ficando o mesmo sob a tutela do IPHAN. Antes de ser tombado, o bem analisado passa por um processo administrativo que verifica sua importância em âmbito nacional e, se aprovado, o bem é inscrito no Livro do Tombo correspondente.

Além de todo o procedimento legal de tramitação do tombamento, o Decreto-lei 25/ 37 possui suas especificações quanto à tipologia de bens que pretende proteger com o tombamento: “o patrimônio histórico e artístico nacional”. A Constituição de 1988 complementa esta visão conforme se observa em seu artigo 1º, onde ressalta que patrimônio histórico e artístico nacional é “o conjunto de bens móveis e imóveis, existentes no País, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil...”. (IPHAN, 2018).

Os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos.

No Estado do Amapá existem dois bens tombados pelo IPHAN: a Fortaleza de São José de Macapá construída no século XVIII e tombada em 1950; e recentemente, em 2010, o conjunto urbano da cidade de Serra do Navio, do final da década de 1950.

Em relação aos museus brasileiros, como a exemplos do MHN, muitos funcionam em prédios e edificações antigos, os quais geralmente são tombados. A seguir a relação dos museus tombados pelo IPHAN, no Brasil:

Museu Solar Monjardim (ES)

Museu de Arte Sacra da Boa Morte (GO) - Igreja de Nossa Sra. da Boa Morte

Museu da Inconfidência (MG)

Museu do Ouro (MG)

Museu Regional Casa dos Ottoni (MG)

Museu Regional de Caeté (MG)

Museu Regional de São João del-Rei (MG)

Museu da Abolição (PE)

Museu Forte Defensor Perpétuo (RJ) - Forte Defensor Perpétuo

Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ) - Igreja de Santa Rita

Museu Casa de Benjamin Constant (RJ)

Museu Casa da Hera (RJ)

Museu da República - Palácio do Catete (RJ)

Museu Histórico Nacional (RJ)

Museu Nacional de Belas Artes (RJ)

Museu Villa-Lobos (RJ)

Museu Victor Meirelles (SC)

Fonte: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126) acesso em 19/02/2019.

No Amapá, o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva funciona, atualmente, no prédio da antiga Intendência de Macapá, situado à Av. Mario Cruz, 376 Bairro Central, designado como sua sede própria em novembro de 1990. Este prédio é um dos mais antigos de Macapá, tendo sido construído após a Proclamação da República, por volta de 1895, para abrigar a Intendência Municipal de Macapá.

Segundo Norat (2006), o prédio da Antiga Intendência é o único em estilo neoclássico que ainda sobrevive em Macapá e que poderia ser considerado como Patrimônio Histórico do Estado, porém ainda não foi providenciado seu tombamento.



MHAJCS, março 2019  
 FOTO: Marcelo Santana

Do final do século XIX, atravessando o século XX, o prédio da Antiga Intendência de Macapá (hoje Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva) chega ao século XXI como referência da história do Amapá, resistido bravamente à modernização e especulação imobiliária.

## CAPÍTULO III

### HISTÓRIAS DO AMAPÁ NO MUSEU JOAQUIM CAETANO DA SILVA

A cidade de Macapá completou neste ano (2019), seu 261º aniversário. Mais de dois séculos e meio de existência recheados de memórias e histórias, de fatos e relatos, dos quais muitos se perderam. Uma das funções dos museus, como visto nos capítulos anteriores, é preservar as memórias e histórias (no caso de museus históricos) e apresentar ao público em seus diversos seguimentos. Em 2007, através de decreto estadual, o Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva (MHAJCS) passou a ter como principal área de atuação a História e, especificamente a História do Amapá.

Essa pesquisa discute a relação do MHAJCS com as memórias ligadas à História do Amapá. O recorte temporal analisado vai de 2008, quando o Museu passou a funcionar definitivamente em sua sede no prédio da antiga Intendência de Macapá, ao momento presente. A escolha de 2008 como início do recorte temporal, foi devido ao fato de o acervo estar reunido em local fixo a partir daquele ano, o que viabiliza esta pesquisa. No entanto, antes se abordará a história do próprio MHAJCS, de seu patrono e parte da história do Amapá, relacionada e contada pelo museu aos que o visitam.

O MHAJCS conta em seu quadro de servidores com historiadores e professores, dentre outros profissionais, que pesquisaram e elaboraram um material informativo que inclui a origem e a história do museu. Esse material não apresenta autoria individual, senão que é apresentado como registro oficial do MHAJCS, sendo assim referenciado.



Placa comemorativa do 261º. aniversário de Macapá

FOTO: Marcelo Santana

### 3.1 – A HISTÓRIA DO MUSEU DE MACAPÁ

Oficialmente, o MHAJCS foi criado em 26 de maio de 1970 com a reestruturação do antigo Museu Territorial do Amapá, o qual foi criado em 25 de janeiro de 1948, pelo então governador do Território do Amapá, Janary Gentil Nunes. Da sua criação como Museu Territorial do Amapá aos dias atuais, são 71 anos de muitas mudanças de nome, de função e de local.

O Território Federal do Amapá foi criado pelo Decreto-Lei Nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas. Era constituído na época pelas terras dos municípios de Macapá, Amapá e Mazagão, que foram desmembradas do Estado do Pará, ao qual pertenciam até então. Assim como outros Territórios Federais criados na época, tinha como principal objetivo a proteção das fronteiras brasileiras e também promover o desenvolvimento da região. (MHAJCS, 2009).

O primeiro governador do Território Federal do Amapá foi o capitão do Exército Janary Gentil Nunes, que chegou à região em janeiro de 1944, instalando-se na cidade de Macapá, que foi transformada em capital do Território em 31 de maio do mesmo ano. Janary Nunes iniciou o ordenamento urbanístico da capital, construindo escolas, hospitais, conjuntos residenciais, dentre outras estruturas. Em 25 de janeiro de 1948, Janary Nunes, através do Decreto nº 68, criou o Museu Territorial do Amapá (MTA), com o objetivo de “coleccionar, estudar e divulgar tudo o que interessa ao conhecimento do homem e da terra amapaense”. (MHAJCS, 2009).

Destaca-se aqui a criação do primeiro museu do então Território do Amapá, com o objetivo de promover o conhecimento de tudo “o que interessa” sobre a terra amapaense. Um dos pontos principais desse primeiro governo era divulgar a imagem do Território, almejando seu desenvolvimento. No início do discurso de inauguração do Museu Territorial, Janary Nunes coloca seu objetivo, como segue:

O Museu faz parte de um plano traçado em 1944 para a Divisão de Educação, orientado no sentido de dar aos moços do Amapá – herdeiros das tradições gloriosas de três séculos de lutas travadas para a fixação de nossas lindes setentrionais – a consciência plena de sua força e de sua responsabilidade e de torná-la capaz da conquista integral de sua gleba ainda desconhecida e inexplorada e de realizar obra digna do futuro da nacionalidade. (JORNAL DO AMAPÁ, 1948).

Vale salientar que o Museu era subordinado à Divisão de Educação e que, neste sentido era direcionado a despertar nos ‘moços do Amapá’ a consciência de sua força e de

sua responsabilidade. Na mesma época, o governo do Território construiu várias escolas que, até hoje, são referência na educação do Amapá.

Após o período conhecido como “janarismo”, o governador Ivanhoé Gonçalves Martins, ”considerando que o Museu Territorial estava relegado ao abandono, causando prejuízos ao patrimônio histórico e cultural do Território”, promoveu a reestruturação do mesmo, dando-lhe o nome de “Joaquim Caetano da Silva”, em homenagem ao autor da obra “L’Oyapoc et L’Amazone”. (DIÁRIO OFICIAL, 1967).

Através do decreto nº 22, de 1º de junho de 1967 o museu passou à denominação de Museu Territorial Joaquim Caetano da Silva, ficando esta data, também, como referência do nascimento do Museu.

Joaquim Caetano da Silva foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e sua obra foi fundamental como fonte de informação, para a elaboração da defesa apresentada pelo Barão do Rio Branco para a definição da fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. (MHAJCS, 2009).

A 26 de maio de 1970, o Museu Territorial foi extinto e criado na mesma data o Museu Histórico e Científico do Amapá “Joaquim Caetano da Silva”. (MHAJCS, 2009).

Em meados dos anos 1980, a 23 de janeiro de 1974, o governador José Lisboa Freire vinculou o Museu Industrial (este criado em 20 de janeiro de 1965) ao Museu Histórico e Científico do Amapá Joaquim Caetano da Silva com atuação nas áreas de ciências naturais e humanas, ampliando, assim, seu acervo e suas atividades. (DIÁRIO OFICIAL, 1974).

Como o museu se desenvolveu mais na área das ciências naturais, em 04 de maio de 1988, o governador Jorge Nova da Costa extinguiu o Museu Histórico e Científico do Amapá Joaquim Caetano da Silva e criou o Museu de Plantas Medicinais Waldemiro de Oliveira Gomes. (MHAJCS, 2009).

Com a mudança de nome e de finalidade, também houve a mudança de endereço, passando o “novo” museu a funcionar na Avenida Feliciano Coelho, 1509, no bairro do Trem, no prédio do atual Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). Parte do acervo foi recolhida à reserva técnica e nessas mudanças de lugar muito desse acervo se perdeu.



Prédio na Av. Feliciano Coelho, 1509 (IEPA)  
Foto do arquivo pessoal de José Farias

Percebe-se que, em função do interesse político, o Museu foi passando por várias fases de transformação de suas finalidades, ficando as áreas de História e antropologia em segundo plano, com prejuízo para as mesmas.

O interesse por esta instituição museológica começa a mudar no final dos anos 1990, quando o governador José Gilton Pinto Garcia, reativou o Museu Histórico e Científico Joaquim Caetano da Silva com a denominação de Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva (MHAJCS), através do decreto nº 112, de 16 de novembro de 1990, destinando como sede própria e definitiva o prédio da antiga Intendência de Macapá. No mesmo decreto, pede providências para que todo o acervo patrimonial adquirido pelo museu, ao longo de sua existência, seja revertido à Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte, à qual ficou subordinado. (DIÁRIO OFICIAL, 1990).

Assim, passados quarenta anos de sua criação (como Museu Territorial do Amapá), apesar de guardar acervo de variadas áreas com diversas finalidades, o MHAJCS passou a ter como principal função, o aspecto histórico e cultural relacionado ao Estado do Amapá. Ressalta-se aqui a escolha do prédio da antiga Intendência de Macapá, que por si só, com sua arquitetura do século XIX em estilo neoclássico, representa e dá testemunho de parte da história da cidade de Macapá e do Estado do Amapá.

O prédio da antiga Intendência teve que passar por uma restauração e adequação para abrigar o MHAJCS, a qual levou três anos para sua conclusão em maio de 1993. Durante esse período a instituição funcionou em uma das dependências do Teatro das Bacabeiras.



<http://casteloroger.blogspot.com/2012/03/biblioteca-do-museu-historico-joaquim.html>

O MHAJCS funcionou em sua sede (prédio da antiga Intendência de Macapá) de 21 de maio de 1993 até 26 de junho de 1998, quando foi transferido para a Fortaleza de São José de Macapá, com a qual deveria compor uma única instituição, a “Fundação Museu Fortaleza de São José de Macapá”. (MHAJCS, 2009).

A nova mudança, ocorrida no governo de João Alberto Capiberibe, teve como objetivo formar uma instituição atualizada aos moldes museológicos, como ressalta Neves (2005):

A justificativa referente ao argumento para a transferência, consistia no fato de que o museu passaria a integrar o projeto Fundação Museu-Fortaleza de São José de Macapá, concebido pelo museólogo João Batista Gomes de Oliveira. Seguindo as orientações quanto aos novos usos e significados dos monumentos visando a sua reapropriação social, durante o processo de restauração, as dependências da FSJM foram adaptadas segundo um projeto museológico. (NEVES, 2005).

A formalização da Fundação Museu Fortaleza São José de Macapá não ocorreu e, após 01 (um) ano, o MHAJCS voltou a ter autonomia, permanecendo ainda nas dependências da Fortaleza de São José, onde parte do acervo foi recolhida à reserva técnica. (MHAJCS, 2009).



Interior da Fortaleza de São José de Macapá (detalhe)

FOTOS: José Farias

É importante frisar que a Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT), não possui em seu quadro funcional, até esta data, nenhum museólogo, arqueólogo ou antropólogo, ficando sujeito a contratação de serviços temporários nestas áreas, com profissionais vindos de outros estados. Isso demanda tempo e recursos, o que acaba acarretando atrasos nas obras estruturais, nas restaurações e adequações museológicas, o que ocorreu várias vezes.

Até o ano de 2007 o MHAJCS aguardava sua realocação para sua sede própria na antiga Intendência, sendo que seu último endereço antes do retorno a sua sede foi à Av. Raimundo Álvares da Costa, 690 – Centro, período em que funcionou e desenvolveu suas atividades com algumas restrições. (PRAXEDES, 2008).



Imóvel na Av. Raimundo Álvares da Costa, 690 – Centro

FOTO: José Farias

Em 2007 houve uma mudança na estrutura das secretarias do Estado e a FUNDECAP (Fundação Cultural do Estado do Amapá) foi extinta, passando os museus a se subordinarem à SECULT (Secretaria de Cultura do Estado do Amapá). Nesta mudança, foi criado outro museu, o MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia, que atuaria nestas respectivas áreas. Também ficou definido que o objeto de pesquisa e estudo do MHAJCS seria a História do Amapá. Porém, surgiu um impasse: se o acervo das áreas de arqueologia, antropologia e etnologia sairia do MHAJCS, já que, até então ele foi seu real depositário. (PRAXEDES, 2008).

Segundo funcionários mais antigos do Museu, que passaram pela mudança acima citada, todo o acervo de arqueologia, antropologia e etnologia permanece no MHAJCS, porém já houve e sempre há interesse do MAE e do IEPA em requisitar tais acervos.

Em entrevista realizada a 08 de maio de 2019, a servidora Maria do Socorro Fortunato Monteiro, que trabalha na área de pesquisa e documentação do museu, enfatiza:

o acervo destinado a ele, a partir de então, é somente o acervo de História. O que já havia antes no museu continua sendo acervo do museu, portanto nós temos acervo de arqueologia, acervo de etnologia, mas que são anteriores a 2007. A partir de então, só de História. (MONTEIRO, 2019).

O prédio do Museu foi restaurado e adequado para receber todo o acervo e o MHAJCS foi reinaugurado em 02 de março de 2009, quando “suas portas foram abertas para toda a sociedade amapaense”. (MHAJCS, 2009).

A restauração do prédio do Museu seguiu as normas técnicas necessárias, sendo realizadas pesquisa histórica e iconográfica, prospecções da estrutura arquitetônica e prospecções pictóricas, visando identificar elementos originais preservados, evitando elementos modificados ao longo do tempo. A nova pintura externa se assemelha à pintura encontrada no frontão superior, que mantinha o reboco original. “As diversas camadas de pinturas que foram sobrepostas ao longo dos anos encobriam as cores originais, que eram em tons de ocre.” (MHAJCS, 2009).

O Museu manteve suas portas abertas até agosto de 2014, quando foi fechado para reforma estrutural mas, até a presente data não reabriu. O museu está fechado para o público, mas as visitas podem ser agendadas, principalmente para estudantes e profissionais que necessitem pesquisar.

O visitante, entrando pelo portal principal do prédio, vislumbrará um acervo riquíssimo, iniciando pelo salão nobre da entrada, que salvaguarda o acervo arqueológico com peças cerâmicas das fases Aristé com datação a partir do século XVI ao XVII e da fase Maracá, do século XIII ao XVI. Também se encontra nesse salão um baú que contém a urna funerária com os restos mortais do patrono do museu, Joaquim Caetano da Silva.



Baú contendo a urna com os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva

Fonte: [www.selesnafes.com/museu](http://www.selesnafes.com/museu)



Visita programada, realizada em 16/04/2019

FOTO: Marcelo Santana

No corredor central foi montada uma exposição que conta a trajetória do Museu e do prédio da antiga Intendência que, através do tempo sempre abrigou órgãos da administração pública, até sua restauração para sediar, oficialmente, o Museu Histórico do Amapá.

No salão principal à esquerda, foram organizados espaços que constam da memória social, histórica e cultural do Amapá, destacando-se a história do Contestado Franco-Amapaense, com bandeiras, uniformes e artefatos militares pertencentes ao Cabralzinho; fotos e artefatos arqueológicos da Fortaleza de São José de Macapá; fotos e documentos da cidade antiga, da Matriz de São José e da antiga Intendência, dentre outros. Ao fundo do salão se encontram móveis e objetos de trabalho do primeiro governador do Território, Janary Nunes. (MHAJCS, 2009).

Observa-se nesta exposição, chamada “Nossa terra”, a distribuição cronológica linear dos objetos e o destaque a indivíduos, transformados em heróis ou nomes de referência política, nos moldes da História positivista.



### Quadro Explicativo sobre a Edificação

FOTO: Marcelo Santana

Nos trabalhos de restauração, o piso do porão do prédio foi rebaixado e adequado para receber a sala da reserva técnica e o laboratório de restauração.

Após cinco anos com suas portas abertas ao público, em agosto de 2014 o MHAJCS foi novamente fechado para reforma estrutural, sendo que até a presente data ainda não reabriu.

Segundo o gerente do Museu, Rogério de Oliveira, a reforma foi feita, mas o telhado continuou com problemas na estrutura, apresentando infiltrações e goteiras. Sobre previsão de abertura, ele cita a questão da burocracia administrativa:

É difícil falar no serviço público a questão de datas, porque não depende só da gente. Tem toda uma burocracia, todo um trâmite a ser seguido e alguns passos. Eu faço uma parte e o Coordenador faz outra; o Gabinete trabalha outra situação, o Secretário faz outra e não depende só da Secretaria de Cultura, a gente depende também da Secretaria de Infraestrutura do Estado. (OLIVEIRA, 2019).

#### QUADRO II - CRONOLÓGICO DO MHAJCS –

<b>Data / período</b>	<b>Ocorrência</b>	<b>Governador AP</b>	<b>Localização do Museu</b>
25 de janeiro de 1948	Criação do Museu Territorial do Amapá	Janary Gentil Nunes	Fortaleza de São José de Macapá
1º de junho de 1967	Reestruturação do MTA, acrescentando o nome “Joaquim Caetano da Silva”	Ivanhoé Gonçalves Martins	Macapá Hotel
26 de maio de 1970.	Extinção do MTA e criação do Museu Histórico e Científico do Amapá Joaquim Caetano da Silva.	Ivanhoé Gonçalves Martins	Macapá Hotel
04 de maio de 1988	Extinção do MHCA Joaquim Caetano da Silva	Jorge Nova da Costa	Museu Sacaca (acervo)
16 novembro de 1990	Reativação com o nome de Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva	José Gilton Pinto Garcia	Teatro das Bacabeiras.
21 de maio de 1993	Instalação na sede própria	Annibal Barcellos	Sede própria no prédio da antiga Intendência
26 de junho de 1998	Transferência para fusão com a Fundação Museu Fortaleza de São José	João Alberto Capiberibe	Fortaleza de São José de Macapá
Até 2007	Mudanças de estrutura funcional.	Antônio Waldez Góes da Silva	FSJM, Teatro das Bacabeiras; outros.
02 de março de 2009.	Reinauguração e reabertura do Museu ao público.	Antônio Waldez Góes da Silva	Sede no prédio da antiga Intendência.
Agosto de 2014.	Fechamento para reforma.	Carlos Camilo Góes Capiberibe	Prédio do MHAJCS.

Através do Quadro Cronológico do MHAJCS apresentado, percebe-se que a trajetória deste museu é recheada de fatos e atos oficiais com mudanças funcionais e estruturais, e no âmbito espacial, várias transferências de estabelecimento, determinadas pelo Governo do Estado. O MHAJCS passou por altos e baixos na linha do tempo, chegando a ser extinto algumas vezes. Nesse percurso, seu acervo recebeu doações e anexações de outros museus, porém, com as várias transferências físicas que sofreu e a falta de pessoal técnico da área museológica, muito do acervo se perdeu.

Destaca-se, como pontos mais importantes da sua trajetória, a escolha do patrono, Joaquim Caetano da Silva em 1967 e a destinação do prédio da antiga Intendência Municipal de Macapá, como sede própria, em 1990.

### 3.2 – JOAQUIM CAETANO DA SILVA, O PATRONO

De acordo com o decreto 22/67- GAB, de 1º de junho de 1967, o nome do diplomata, Joaquim Caetano da Silva foi escolhido como patrono do Museu Territorial do Amapá em “função de seu trabalho pioneiro e de maior interesse para o Território do Amapá, pelo qual se resolve homenageá-lo”. Tal trabalho se refere a uma de suas obras literárias intitulada *L'Oyapoc et L'Amazone*, da qual cita-se parte, como segue:

Que o artigo 8 do Tratado de Utrecht está redigido da seguinte forma: ‘Sua Majestade Cristianíssima renunciará para sempre, assim como Ela renuncia desde já por meio do presente tratado..., a todos seus direitos e pretensões a que possa ou poderá pretender em relação à propriedade das terras chamadas do Cabo Norte e situadas entre os rios Amazonas e Japoc ou Vicente Pinzón’ (§ 859). (SILVA, 2010)

E mais adiante, no parágrafo 1776:

E, assim como sempre fizera o Governo Português, o Governo Brasileiro sustenta invariavelmente que o limite estipulado pelo artigo 8 do Tratado de Utrecht é o *Oiapoque*, o rio do *Cabo Orange*. (SILVA, 2010).

Joaquim Caetano da Silva publicou vários trabalhos em diversas áreas do conhecimento e foi membro da Academia Brasileira de Letras. Em sua obra *O Oiapoque e o Amazonas – uma questão brasileira e francesa*, reúne documentos e argumentos próprios de geógrafos, historiadores e advogados. Esta obra (*L'Oyapoc et L'Amazone*, editada originalmente em francês em 1861) foi a base fundamental para a definição das fronteiras do

Brasil com a Guiana Francesa, região conhecida como Contestado (região setentrional, noroeste do atual Estado do Amapá). O diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, utilizou os dois volumes desta obra para a elaboração das *Memórias* apresentadas na disputa com a França, da referida região. Esta disputa foi arbitrada pelo Governo Suíço, que a 1º de dezembro de 1900 sentenciou a favor do Brasil, confirmando a validade do Tratado de Utrecht, estabelecendo o rio Oiapoque como a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. (MHAJCS, 2009).

Gaúcho de nascimento, Joaquim Caetano da Silva viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro, no período do governo imperial de D. Pedro II. Morou, também na França, onde se formou em medicina pela Faculdade de Montpellier, em 1837. Quando retornou ao Brasil, foi nomeado professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde lecionou Gramática, Português, Grego e Retórica. No ano seguinte, foi nomeado Reitor daquela instituição de ensino. (MHAJCS, 2009).

Joaquim Caetano da Silva foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro onde em 1851, na presença do Imperador D. Pedro II, apresentou sua monografia intitulada “Memórias sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa”. Esta monografia serviu de base para sua obra literária mais importante, *L’Oyapoc et L’Amazone*.

Ingressou na carreira diplomática e em 1851 retornou à Europa, representando o Brasil nos negócios com a Holanda onde, em 1854, foi nomeado Consul Geral. Em 1853 foi responsável pelas negociações de ajuste das fronteiras do Brasil com a Colônia de Suriname. (ABL, 2008).

Afastou-se do cargo diplomático para dedicar-se exclusivamente “ao preparo de seu livro sobre a questão da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa.” Em 19 de fevereiro de 1858, diante da Sociedade de Geografia de Paris, Joaquim Caetano apresentou os seis primeiros capítulos de *L’Oyapoc et L’Amazone*. Segue trechos da introdução da obra:

1. Ao me propor aprofundar uma séria questão que ocupa nossos dois países há 180 anos, vejo-me com grande felicidade na Sociedade de Geografia de Paris, e dou-lhe graça pela honra que me foi concedida...
3. Educado na França, durante onze anos, por mestres que venero; tive a honra de receber um diploma de doutor pela Universidade da França; ... casado na França com uma digna filha deste país que representa há mais de vinte anos a alegria de minha vida: estou por demais habituado em respeitar a França... (SILVA, 2010).

Vê-se aqui a destreza do diplomata e a sinceridade do homem dividido pelo amor a duas nações. Joaquim Caetano da Silva viveu mais de vinte anos na Europa, principalmente

na França, onde se casou. Foi escolhido por D. Pedro II para intermediar as negociações de fronteiras, justamente por seu conhecimento cartográfico e histórico, reconhecidos como membro do IHGB, e pelas habilidades diplomáticas que possuía. Ele retornou ao Rio de Janeiro em 1863, onde exerceu as funções de Inspetor Geral da Instrução Pública e de Diretor dos Arquivos Nacionais. (SILVA, 2010).

Joaquim Caetano da Silva, nunca exerceu a medicina. Foi professor, diplomata, publicista e possuía notório saber em cartografia e História. Nasceu em Jaguarão/RS, em 2 de setembro de 1810 e faleceu em Niterói/RJ, em 28 de fevereiro de 1873. É o patrono da cadeira nº. 19 da Academia Brasileira de Letras (ABL, 2008).

Por todo o Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro é homenageado em nomes de ruas e escolas. No Estado do Amapá seu nome aparece em rua da cidade de Oiapoque e, em Macapá, seu nome foi escolhido para patrono do Museu Histórico do Amapá.



Joaquim Caetano da Silva

Fonte: MHAJCS



Selo do MHAJCS no Facebook.

Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva

Como dito anteriormente, os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva se encontram em uma urna funerária depositada em um baú, no saguão de entrada do Museu Histórico do Amapá. Questiona-se, então:

- Se ele era gaúcho de nascimento e morreu em Niterói, como seus restos mortais vieram parar em Macapá? Esta história faz parte do passado do antigo Território do Amapá, ainda sob a administração de seu primeiro governador, o tenente-coronel Janary Nunes.

Dentro da linha positivista adotada pelo governo de Getúlio Vargas, muitos dos governadores estaduais seguiam seu exemplo, com atuações que são estudadas como ‘populismo’. Assim, no Amapá já se estuda o período do primeiro governador do Território com o nome de ‘janarismo’.

Janary Nunes promoveu a construção de obras de estrutura urbana e de prédios públicos, sempre com inaugurações festivas e cívicas. Nesse sentido, foi organizada, em 1953, uma programação cívica para a recepção dos restos mortais de Joaquim Caetano da Silva, como registrado no material informativo do museu: “Oitenta anos após seu falecimento, seus restos mortais foram exumados e trasladados para Macapá, para repousarem em definitivo no monumento a ser construído em homenagem póstuma.” (MHAJCS, 2009).

De acordo com o Jornal do Amapá de 22 de outubro de 1953, a urna com os despojos de Joaquim Caetano da Silva passou por Belém e foi transportada por barcos da Marinha de Guerra Brasileira até Macapá:

A nossa capital estremeceu de emoção, dia 17 último, quando assistiu a chegada da urna que guarda os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva, o brasileiro notável e imorredouro nas páginas fulgurantes da nossa história...

Como fora programado, às 8 horas daquele dia emoldurado de civismo e emoção, as quilhas dos contra-torpedeiros ‘Bracuí’ e ‘Beberibe’ da Marinha de Guerra Brasileira, cortaram as águas do ancoradouro de Macapá... (JORNAL DO AMAPÁ, 1953).

É de se notar o tom positivista adotado pelo editor, visto que o referido jornal é Órgão do Governo. Mais adiante destaca:

Na escadinha do Trapiche se encontravam o tenente-coronel Janary Nunes, governador do Território e esposa, acompanhado de todo o seu secretariado; dr. Artur Caetano da Silva, ilustre descendente da família Joaquim Caetano da Silva; de Barbosa Lima Sobrinho, presidente e representante da Academia Brasileira de Letras... (JORNAL DO AMAPÁ, 1953).

Ainda, segundo o Jornal do Amapá, houve o lançamento da pedra fundamental do Monumento a Joaquim Caetano da Silva, no entardecer do mesmo dia 17 de outubro, e a noite houve sessão solene na Academia Amapaense de Letras em homenagem ao augusto escritor e diplomata. (JORNAL DO AMAPÁ, 1953).

Ressalta-se aqui, que o referido Monumento não foi construído e a Praça do Monumento, segundo José Costa Farias, pesquisador do MHAJCS, seria construída na área onde hoje se encontra a Catedral de São José. Por esta razão os restos mortais de Joaquim Caetano da Silva ficaram sob a guarda do Museu Territorial, passando depois a fazer parte do acervo.



Segundo o funcionário do Museu, José Costa Farias, um ano importante na História do Amapá é o ano 1895, quando houve acontecimentos significativos, os quais estão relatados no MHAJCS. Em entrevista realizada no museu, em 26/03/2019, Farias declara:

Passado o 6º ano, seis anos da Proclamação da República esse prédio foi inaugurado, com a função de abrigar aqui o intendente e o Conselho de Intendência. Mas no mesmo ano de 1895, alguns meses antes, no dia 15 de maio, houve a invasão da Vila do Espírito Santo do Amapá... e ai eu relaciono todos esses fatos do ano de 1895, com o próprio patrono que é o Joaquim Caetano da Silva que deu subsídios para o Barão do Rio Branco defender a questão do Amapá, a posse da terra pra essa região, pro Pará e pro

Brasil. Mas no ano 1895, houve a passagem do Goeldi pelo Amapá. Que vai dar nome depois ao Museu Paraense. E que tem uma relação muito importante com a nossa arqueologia e que de onde nós temos acervo também. (FARIAS, 2019).

Os fatos “relacionados” pelo professor Farias são: a inauguração do prédio da Intendência em 15 de novembro 1895; o confronto na região do contestado em 15 de maio, com reação de Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho), conflito que acelerou a necessidade do arbitramento para definir as fronteiras entre Brasil e Guiana Francesa, defendido pelo Barão do Rio Branco. E a passagem do cientista suíço Emílio Goeldi estudando as descobertas de urnas funerárias nesta região.



Cabralzinho, de Arthur Frazão (1949) acervo MHAJCS

FOTO: Marcelo Santana

Note-se que vários dos personagens daquela época foram homenageados em monumentos e nomes de locais públicos. Em Macapá foram renomeadas duas praças com os nomes de Veiga Cabral e do Barão do Rio Branco. O Museu Paraense passou a Museu Emilio Goeldi. Como exposto anteriormente, a praça que receberia o monumento e os restos mortais

de Joaquim Caetano da Silva, não saiu do projeto, porém, a justa homenagem ocorreu em 1967, com seu nome sendo dado ao Museu Histórico do Amapá.



Placa sobre a urna funerária de Joaquim Caetano da Silva  
FOTO: Marcelo Santana

Texto da placa:

*Aqui se guardam os restos mortais de*

*Joaquim Caetano da Silva*

*Diplomata e historiador, autor do L'OYAPOCK ET L'AMAZONE*

*Obra monumental que foi a base da defesa do BRASIL,*

*No litígio relativo à GUIANA FRANCESA.*

*Serviu de árbitro no conflito, por acordo entre o BRASIL*

*e a FRANÇA, o presidente Walter Hauser da*

*Confederação SUÍSSA.*

*O laudo, datado de 1º de Dezembro de 1900 firmando nossa*

*Vitória integral, manteve no território do BRASIL os*

*260.000 Km, da região do AMAPÁ.*

*Macapá, 12 de Outubro de 1953.*

Como dito no início deste capítulo, o acervo se encontra reunido na sede do Museu desde 2008, tendo sido organizado para a reinauguração em 02 de março de 2009.

Sobre os registros e catalogação dos acervos, Socorro Monteiro explica:

temos o Livro Tombo que faz o registro geral do acervo da instituição. O acervo da instituição é composto por objetos oriundos do Museu Territorial, museu que foi criado em 1948, ... ao longo desse período, nós recebemos diversos acervos em três cadeiras de conhecimento: antropologia, arqueologia e História. De 1990 pra cá a denominação é Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, mas ainda trabalhávamos com antropologia e também com arqueologia. Na parte de documentação, além do Livro Tombo nós temos fichas catalográficas, fichas de movimentação de acervo, de aquisição de acervo, porque a aquisição pode ser feita por compra, por doação, por legado. Tem diversas formas de adquirir esse acervo, e nós temos essas documentações também. (MONTEIRO, 2019).

Apesar de não contar com um museólogo na SECULT, a equipe de funcionários do Museu realizou cursos de preparação para atuar na área de museologia, através de convênios com o IPHAN e com o IBRAM, mantendo todo o acervo catalogado e registrado devidamente. Sobre a recepção e aquisição de novos acervos, Monteiro assevera:

O prudente é que haja uma comissão para selecionar esse acervo, ver se ele é de interesse do Estado, porque é um museu público, então tem que ver se encaixa dentro das características do nosso museu. Pra comprar tem que ser assim, se for para doar, para nós recebermos a doação, a gente tem que ter os critérios especificados, não é só uma pessoa pra decidir isso, normalmente se monta uma comissão para recepcionar esse acervo. (MONTEIRO, 2019).

Observa-se que há uma organização na equipe e no trabalho que se realiza no MHAJCS, mas as decisões referentes ao mesmo seguem uma hierarquia administrativa, respeitando-se sempre o interesse do Estado. Sobre esse interesse do Estado, Socorro Monteiro acrescenta:

Somos uma instituição pública. A história oficial do Estado é esta que é apresentada dentro da instituição. A exposição de longa duração que nós temos vai mais na linha positivista, muito embora ... a equipe pensou numa exposição mais interativa, que estava mais ligada à linha da História Cultural, da História Social, mas na hora de programar visualmente ... foi contratada uma empresa para montar a exposição. Então foi o que a empresa apresentou como projeto e decidido pelo então secretário de cultura do Estado. Não foi uma decisão da equipe do Museu, foi decisão do gestor da Secretaria, prevalecendo, assim a história na linha positivista. (MONTEIRO, 2019).

Percebe-se também, que os interesses do Estado transcendem os governantes, mantendo uma linha positivista desde a criação do Museu em 1948, chegando ao período estudado, de 2008 até o tempo presente, na mesma visão positivista.



Janary Nunes com Getúlio Vargas- acervo MHAJCS



Funcionários do MHAJCS em 16/04/2019

FOTO: Rogério de Oliveira

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São tantas as informações que se cruzam no tempo e no espaço que a necessidade de um local específico para salvaguardar, estudar e expor essas informações é imprescindível. O museu é esse lugar. Ressalta-se a importância dos museus históricos na preservação da história e das memórias dos lugares.

O Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, possui um importante acervo, onde registra parte da História do Amapá e salvaguarda documentos e materiais de grande valor, que contam essa História. O prédio restaurado e conservado, chama a atenção como um dos poucos prédios antigos no centro da cidade que ainda resistem ao tempo e à modernização do conjunto imobiliário do centro de Macapá. Conta, além disso, com precioso acervo de arqueologia, etnologia e da memória social, histórica e cultural do Amapá, onde se encontram referências aos personagens que marcaram a História do Amapá, como o Cabralzinho, Janary Nunes e principalmente, o patrono, Joaquim Caetano da Silva.

A exposição denominada “Nossa Terra” apresenta uma distribuição cronológica linear do acervo, dando destaque a personagens transformados em heróis ou ressaltando nomes de referência política, nos moldes da História positivista, confirmando a hipótese levantada nesta pesquisa.

Segundo Pierre Nora (1993), “a História é um grande lugar de memória”. O museu cumpre, assim com a função de manter viva a História na memória das pessoas, transpassando as gerações, sendo necessário tanto para a população local como para visitantes e turistas na busca do conhecimento.

Pela grande importância que tem o Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva, espera-se que não tarde que novamente “suas portas estejam abertas para toda a sociedade amapaense” e para todo o público em geral.

**FONTES PRIMÁRIAS ORAIS**

**JOSÉ COSTA FARIAS**

Professor de História; Pesquisador e servidor do MHAJCS

Local da Entrevista: Macapá/AP, MHAJCS

DATA da Entrevista: 26 de abril de 2019.

**MARIA DO SOCORRO FORTUNATO MONTEIRO**

Graduada; Pesquisa e Documentação do MHAJCS

Local da Entrevista: Macapá/AP, MHAJCS

Data da Entrevista: 08 de maio de 2019.

**ROGÉRIO DE OLIVEIRA**

Graduado em Filosofia; Gerente do MHAJCS

Local da Entrevista: Macapá/AP, MHAJCS

Data da Entrevista: 30 de abril de 2019.

**JONICLEU PANTOJA DOS SANTOS**

Cursando o EJA; Lavador de carros (flanelinha)

Local da Entrevista: Macapá/AP, Praça Isaac Zagury

Data da Entrevista: 30 de abril de 2019.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Memória, História e coleção. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.28, 1996.
- ABL Academia Brasileira de Letras. **Biografia do patrono**. Disponível em : [http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-caetano-da-silva/biografia\\_acesso](http://www.academia.org.br/academicos/joaquim-caetano-da-silva/biografia_acesso) em 19/01/2019.
- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, volume 15 • 1º semestre de 2011 • p. 317-343
- BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de curiosidades e museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 28, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.
- BLOCH, Marc. “**Memória coletiva, tradição e costume: a propósito de um livro recente**”. In BLOCH, Marc. **História e Historiadores: textos reunidos por Étienne Bloch**. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BURKE, Peter. “**História Como Memória Social**”. In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARLAN, Claudio Umpierre. Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa. **História** (online). São Paulo: 2008, vol.27, n.2, p.75-88. ISSN 1980-4369. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742008000200005>> Acesso em: 31 de agosto de 2018.
- CASADEI, Eliza Bachea. Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória coletiva. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 108, maio de 2010.
- CHAUÍ Marilena. **Convite a Filosofia** Ed. Ática, São Paulo, 2000
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de MACHADO, Luciano Vieira. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- DA SILVA, Anna Paula. **Entre conceitos de documentação museológica e arte contemporânea: análise do Donato como sistema de catalogação do acervo do Museu Nacional do Conjunto Cultural (2011- 2013)**. UnB, Brasília, 2013.
- DIÁRIO OFICIAL, Ano II, nº 622 e 623. Macapá, 1967.
- DIÁRIO OFICIAL, Ano V, nº 1.156 e 1.157. Macapá, 1970.
- DIÁRIO OFICIAL, Ano IX, nº 1.787 e 1.788. Macapá, 1974.

DIÁRIO OFICIAL, nº 0463, pág. 04. Macapá, 1990.

FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ordenar o Caos”: Emílio Goeldi e a arqueologia amazônica. *in* **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan.- abr. 2009.)

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural. Ciências Sociais Passo-a-Passo 66**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSK, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2011.

IBRAM Instituto Brasileiro de Museus; disponível em : <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu>; acesso em 16/02/2019.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; disponível em : [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126) acesso em 19/02/2019.

JORNAL DO AMAPÁ, Ano 3, nº. 151, Macapá, janeiro de 1948.

JORNAL DO AMAPÁ, Ano 9, nº. 478, Macapá, outubro de 1953.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília:MinC/iphane/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p.19-31

KURY, Mário da Gama. (1990). *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*. Jorge Zahar

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Centauro: 2006.

LARA FILHO, Durval de. **Museu: de espelho do mundo a espaço relacional**. 2006. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). São Paulo: USP, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MHAJCS, Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva, Macapá 2005.

NEVES, Arleide de Matos M. Diálogo com espelho do tempo. Macapá: Faculdade SEAMA, 2005.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História**. São Paulo: PUC, nº 10, p. 07-28, dezembro 1993.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricas**. Rio de Janeiro: Cpdoc / FGV, v. 5, n. 10, 1992.

PRAXEDES, Glória Maria Gurgel. **O Museu Histórico do Amapá: reconstruindo uma história**. Macapá: FAMA, 2008.

- RAMOS, Francisco R.L. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.
- SANTOS, Fausto Henrique. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.
- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O papel dos museus na construção de uma “Identidade Nacional”. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro, v.28, 1996.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 19 N°. 55. São Paulo: junho 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O nascimento dos museus brasileiros. In: Miceli, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. São Paulo: Vértice; Idesp. 1989.
- SILVA, Joaquim Caetano da. **O Oiapoque e o Amazonas – uma questão brasileira e francesa**. Campinas: UNICAMP, 4ª ed. 2010.
- SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIAL, Andréa Dias. Aspectos de uma política pública para museus no Brasil. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 167-187, jul./dez. 2017.
- WANDERLEY, Sonia. Memória, história e ensino. **Revista Vozes em diálogo (CEH/UERJ)** - nº4, jul-dez/2009.

ANEXOS -